

# **As oligarquias dos partidos – Criciúma/SC: 1945-1992**

*Janete Triches*

Jornalista. Mestre em Ciência Política e Professora Universitária

## **Introdução**

Este texto procura sintetizar a primeira pesquisa científica realizada na cidade de Criciúma, Santa Catarina, que investiga e analisa a democracia interna dos partidos políticos no período 1945-92. Criciúma está localizada na região Sul de Santa Catarina, há 196 quilômetros de Florianópolis. Entre 1945-65, cinco novos partidos políticos se organizaram no município: PSD, UDN, PTB, PRP e PSP. As siglas do bipartidarismo de 1966-79 foram Arena e MDB. Das 17 organizações que tentaram organizar-se a partir de 1980 e das 13 que estavam atuando na eleição de 92, apenas sete já tinham registro definitivo: PMDB, PDS, PFL, PT, PDT, PSDB e PL. Porque seus registros eram muito recentes, de 90 e 91, o PSDB e o PL foram excluídos da análise.

Apresentada à Universidade de Brasília em 1994, a meta principal da pesquisa foi verificar a aplicação e atualidade da “Lei de Ferro das Oligarquias”, de Robert Michels, nas organiza-

ções locais. Foram analisadas 97 eleições internas – 61 para dirigentes e 36 para candidatos a vereador. Pelo seu ineditismo e absoluta falta de alternativa, quase toda a pesquisa foi feita a partir de fontes primárias. A coleta de dados envolveu minuciosa garimpagem de documentos oficiais e não oficiais, aplicação de questionário e entrevistas, métodos que garantiram a coleta de informações suplementares junto a quase uma centena de entrevistados.

## **Problematização hipótese**

Todo partido político, em qualquer regime democrático, participa de dois níveis de competição: interno e externo. O nível interno é limitado à fronteira partidária. O externo vai além dos muros do partido. Esses níveis estabelecem, por sua vez, dois tipos de eleição: fechada e aberta. Chamarei de eleição fechada a disputa restrita aos membros filiados ao partido político. E de eleição aberta à concorrência eleitoral entre os partidos.

Dentro do partido, a eleição fechada tem uma finalidade, selecionar indivíduos, e uma função, preencher cargos. Ao selecionar, ela separa os membros do contingente partidário em uma minoria e em uma maioria. Assim temos, de um lado, uma minoria que foi escolhida e, de outro, uma maioria que foi excluída. Designarei a minoria como sendo aquela formada por “militantes” e a maioria por “filiados”. Os militantes são selecionados em função do cargo que vão ocupar e do papel que vão desempenhar. Existem várias categorias de militantes. Mas vou me ocupar de apenas duas: os dirigentes partidários e os candidatos a vereador. Independente da estrutura escolhida e do seu tamanho, todo partido tem seus dirigentes, que ocupam os cargos de presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário. A função de dirigente é uma representação interna. O candidato a vereador, que representa o partido nas disputas eleitorais que envolvem o preenchimento de cargos públicos eletivos, é uma representação externa.

Nossa hipótese principal, de que a “Lei de Ferro das Oligarquias” de Michels pode ser aplicada e permanece atual nos partidos políticos de Criciúma/SC entre 1945-92, será testada em três fases distintas do Sistema Partidário, no nível interno, em eleição fechada e em duas categorias de militantes: os dirigentes partidários e os candidatos a vereador. Usaremos quatro variáveis sugeridas por Michels, atribuindo-lhes valores aleatórios para facilitar a análise dos dados. Assim, estabelecemos que aqueles partidos serão considerados oligarquias se apresentarem:

- a) Baixo índice de renovação na composição de suas direções partidárias e nas nominatas dos seus candidatos a vereador. Consideramos baixa renovação até 35%, média de 36% a 70% e alta acima de 71%.
- b) Acúmulo de cargos dos dirigentes;
- c) Tempo de permanência dos dirigentes nos cargos equivalente a mais de um terço do tempo de vida dos partidos. Consideramos prazo ideal a permanência de até dois anos, razoável até quatro anos, aceitável de cinco a seis anos para os dirigentes dos partidos do período 1945-65 e confirmação da oligarquização o tempo igual ou superior a sete anos, para as organizações de 45-65, e igual ou superior a cinco anos, para as siglas de 1966-79 e 1980-92.
- d) Inexistência de disputas, pela apresentação de chapa única, e impedimento do voto direto, pelo uso de colégio eleitoral.

## **Análise e interpretação de dados**

### **Variável 1: Renovação na composição das direções**

Totalizando as vagas preenchidas durante 20 anos para as direções dos três partidos em 20 eleições, teremos 58 vagas ocupadas na UDN, 55 no PTB e 50 no PSD. Comparando cada eleição com a anterior, do total de 58 vagas na UDN, apenas 19

foram ocupadas por novos dirigentes, o que dá um baixo índice de renovação (32,8%) e uma alta (67,2%) imobilidade. Se optarmos pela média, dos seis dirigentes eleitos pela UDN em cada eleição, apenas dois (32,8%) eram novos. Das 50 vagas do PSD, apenas 15 foram preenchidas por novos dirigentes. Isso equivale a dizer que esse partido manteve intacta 70,0% da sua direção partidária, substituindo somente 30,0% dos seus integrantes. Dos oito dirigentes pessedistas eleitos em cada pleito, apenas dois (30,0%) eram estreantes. Das 55 vagas do PTB, 36 foram dedicadas a novos dirigentes, o que dá um médio índice de 65,4% de renovação ou o equivalente a sete novos para cada grupo de onze dirigentes eleitos em cada disputa.

Durante 14 anos de existência, a Arena promoveu três eleições internas. Das 29 vagas que armazenou, 16 foram ocupadas por novos dirigentes, o que dá um índice de 55,2% de renovação e de 44,8% de continuísmo. O MDB organizou quatro eleições e acumulou 26 vagas. Dessas, 23 foram preenchidas por novos dirigentes, o que implica 84,6% de modificação.

Nos últimos doze anos (1980-92), o PDS promoveu cinco eleições internas e elegeu 38 dirigentes, dos quais 24 (63,2%) eram novos. O PMDB organizou oito eleições intrapartidárias e elegeu 57 dirigentes, mas apenas 27 deles eram novos, o que representa 47,4% de mudança e 52,6% de continuísmo. O PDT organizou seis pleitos e elegeu 33 dirigentes. Desses, 24 (72,7%) eram estreantes. Em oito eleições, os petistas elegeram 46 dirigentes e apenas 28 daqueles (60,9%) não tinham ocupado o mesmo cargo antes. O PFL realizou três pleitos internos. Dos 21 dirigentes eleitos, 13 (61,9%) foram modificados e 38,1% se mantiveram os mesmos.

## **Variável 2: Acúmulo de cargos**

A direção partidária do PSD – que em 20 anos passou por sete eleições e armazenou 50 vagas – foi ocupada por 19 pessedistas. Desses 19 dirigentes, 14 (73,7%) ocuparam um cargo; três (15,8%) acumularam dois cargos; e dois (10,5%) acu-

mularam três cargos. A UDN – que promoveu dez eleições e acumulou 58 vagas – teve 27 membros na sua direção partidária. Dos 27 dirigentes, 17 (63,0%) ocuparam um único cargo; cinco (18,5%) ocuparam dois cargos; quatro (14,8%) ocuparam três cargos; e um (3,7%) udenista ocupou quatro cargos. A direção partidária do PTB – que passou por seis eleições e acumulou 55 vagas – foi ocupada por 41 petebistas. Daqueles 41 dirigentes, 30 (73,2%) ocuparam um cargo; dez (24,4%) ocuparam dois cargos; e um (2,4%) ocupou três cargos.

A Arena promoveu três eleições e acumulou 29 vagas, que foram ocupadas por 26 dirigentes. Desses, 23 (88,5%) tiveram um cargo; dois (7,7%) tiveram dois cargos; e um (3,8%) teve três cargos. As 26 vagas do MDB em cinco eleições foram distribuídas entre 23 emedebistas. Dos 23 dirigentes, 18 (78,3%) tiveram um cargo; quatro (17,4%) tiveram dois cargos; e um (4,3%) teve três cargos.

A direção partidária do PDS acumulou 38 vagas em cinco eleições, que foram ocupadas por 27 dirigentes. Desses, 19 (70,4%) ocuparam um cargo; seis (22,2%) dois cargos; um (3,7%) concentrou quatro cargos e um (3,7%) acumulou cinco cargos. As oito eleições do PMDB somaram 57 vagas que foram ocupadas por 34 dirigentes, dos quais 23 (67,6%) tiveram um cargo; seis (17,7%) tiveram dois cargos; dois (5,9%) tiveram três cargos; e três (8,8%) tiveram quatro cargos. As 33 vagas do PDT foram distribuídas entre 27 pedetistas. Daqueles, 21 (77,8%) ocuparam um cargo; cinco (18,5%) ocuparam dois cargos; e um (3,7%) ocupou quatro cargos. Em oito eleições, a direção do PT juntou 46 vagas, que foram distribuídas entre 36 dirigentes. Desses, 31 (86,1%) ocuparam um cargo; dois (5,6%) ocuparam dois cargos; um (2,7%) ocupou três cargos e dois (5,6%) ocuparam quatro cargos. As 21 vagas do PFL em três eleições ficaram com 19 dirigentes, dos quais 15 (79,0%) ocuparam um cargo, dois (10,5%) ocuparam dois cargos; e dois (10,5%) ocuparam três cargos.

### **Variável 3: Tempo de permanência nos cargos**

O tempo de permanência dos dirigentes do PSD nos cargos partidários variou entre dois a 20 anos. Dos 19 que fizeram parte da direção, nove (47,2%) permaneceram entre dois e quatro anos; dois (10,5%) até seis anos; um (5,3%) ficou sete anos; três (15,8%) permaneceram nos cargos entre nove e doze anos; dois (10,6%) ficaram nos cargos entre 14 e 16 anos e dois (10,6%) se mantiveram na direção do PSD local do nascimento à morte do partido. Na UDN, o período de permanência nos cargos oscilou entre um e onze anos. Mais de dois terços dos seus 27 dirigentes, ou o equivalente a 18 deles (66,7%), ficaram nos cargos por até quatro anos. Três deles (11,1%) ficaram até seis anos, outros três (11,1%) por sete e oito anos, dois (7,4%) durante dez anos e um (3,7%) por onze anos. Dos 41 militantes que fizeram parte da direção do PTB, 33 deles (80,5%) permaneceram nos cargos por até quatro anos. Naquele partido, o hábito era ocupar a função pelo período de um (14,6%) ou dois anos (31,7%). Dos oito petebistas que ultrapassaram a barreira dos quatro anos, três (7,3%) ficaram nos cargos durante cinco anos. Quatro (9,8%) dirigentes se mantiveram na direção por sete anos e um (2,4%) por oito anos.

Na Arena, a permanência nos cargos variou entre um e nove anos. Dos 26 dirigentes arenistas, cinco (19,2%) ficaram nos cargos entre um e três anos; seis (23,1%) ficaram quatro anos; um (3,8%) ficou cinco anos; dez (38,5%) por seis anos; dois (7,7%) por sete anos e dois (7,7%) por nove anos. No MDB, a permanência oscilou entre um e seis anos. Dos 23 dirigentes, um (4,3%) permaneceu por quatro anos; um (4,3%) por cinco anos e três (13,1%) durante seis anos. O normal era ficar por um (30,5%) ou três (47,8%) anos.

Os dirigentes do PSD ficaram nos cargos entre um e 12 anos. Dos 27 que integraram a direção, onze (40,7%) ficaram nos cargos até dois anos e quatro (14,8%) até quatro anos. Dos que permaneceram por mais tempo, dez (37,1%) continuaram por cinco anos; um (3,7%) continuou por sete anos; e um (3,7%)

durante doze anos. No PMDB, o prazo foi de um a sete anos. Dos 34 peemedebistas que chegaram à direção, dezenove (55,9%) permaneceram nela até dois anos e nove (26,5%) até quatro anos. Dos demais, cinco (14,7%) ficaram nos cargos por cinco anos; e um (2,9%) por sete anos. No PDT, a permanência nos cargos variou entre três meses a seis anos. Naquele partido, o comum era integrar a direção durante um (37,0%) ou dois (40,8%) anos. Teve quatro (14,8%) que ficaram quatro anos, um (3,7%) com cinco e outro (3,7%) com seis anos. Seis meses a sete anos foi o prazo de permanência dos dirigentes do PT nos cargos partidários. No total, 18 (77,8%) militantes integraram a direção por até dois anos e cinco (13,9%) entre três e quatro anos. Dos que foram além desse tempo, um (2,8%) permaneceu por cinco anos e outros dois (5,5%), durante sete anos. Dos 19 liberais que fizeram parte do diretório do PFL entre 85-92, doze (63,2%) permaneceram nele por até dois anos; cinco (26,3%) por três anos; e dois (10,2%) durante quatro anos.

#### **Variável 4: Impedimento de disputas e voto indireto**

Organizar e inscrever chapas para concorrer à direção partidária nunca foi uma prática estimulada pelos partidos da fase 1945-92. O hábito sempre foi o de apresentar chapa única aos votantes. Na UDN e no PSD, não houve uma só disputa. No PTB, houve uma, em 1957, com dois grupos. A Arena e MDB mantiveram o costume de seus predecessores. A Arena sempre teve uma só chapa, o mesmo comportamento adotado pelo PMDB, que teve duas apenas em 72. Situação semelhante se repete com as organizações do período 1980-92. No PDS, a rotina só foi parcialmente quebrada em 92, quando a diretoria foi eleita por voto aberto e os cargos preenchidos um a um por membros de dois grupos. O PMDB registrou uma disputa, em 88, para a composição do colégio eleitoral que elegeu os dirigentes. Sistemática idêntica ao PDT, que só admitiu concorrência em 88, quando duas chapas disputaram os votos dos convencionais nas urnas. A prática da disputa também não foi estimulada

pelo PT. Apenas a de novembro de 92 teve oposição, e mesmo assim limitada ao cargo de presidente. A única exceção foi o PFL. Duas das três eleições promovidas foram disputadas por chapas de grupos distintos.

Se eleição também for entendida como oportunidade de manifestação, de opção e de confronto entre posições políticas divergentes, pode-se afirmar que elas raramente aconteceram dentro daqueles partidos. Ao evitar as disputas, aquelas organizações substituíram as eleições internas por referendos e plebiscitos.

Nenhuma das “eleições” promovidas por aqueles partidos permitiu o voto universal, direto e secreto dos seus filiados. Todas as direções partidárias foram eleitas indiretamente por colégios eleitorais formados por delegados, que ocupavam cargos e eram membros efetivos dos respectivos diretórios. O contingente partidário, formado pelos filiados, elegia o diretório, que por sua vez selecionava, entre seus membros, aqueles que integrariam a direção.

O colégio eleitoral do PSD variou entre 27 e 37 membros. Nas sete eleições, a média foi de 31 votantes. Nas seis eleições do PTB, o número oscilou entre 28 e 55 votantes, dando média de 38 eleitores. Na UDN, as dez eleições registraram uma variação de 14 a 60 eleitores, com média de 33 delegados. A média de votantes por eleição foi de 16 na Arena e 24 no MDB. A média de delegados no PDT foi de 59; no PMDB, 41; no PFL, 40; no PDS, 36; e no PT, 18.

### **Variável 5: Renovação nas nominatas dos vereadores**

Totalizando as nominatas dos três partidos em 11 eleições, temos 52 candidatos a vereador apresentados pelo PSD, 52 pela UDN e 37 pelo PTB. Comparando a nominata apresentada em cada eleição com a anterior, dos 52 candidatos apresentados pelo PSD, 33 eram novos, o que dá um índice de 63,5% de renovação e 36,5% de continuidade. Dos 52 candidatos da UDN ao

legislativo municipal, 37 (71,2%) eram estreantes e 15 (28,8%) se repetiam. Dos 37 candidatos apresentados pelo PTB, 29 (78,4%) eram novidade e 8 (21,6%) já conhecidos.

Dos 71 candidatos selecionados pela Arena em quatro eleições, 44 eram novos, o que dá 62,0% de renovação e 38,0% de imobilidade. Dos 81 candidatos do MDB, 60 eram opções novas, o que representa 74,1% de renovação e 25,9% de continuísmo.

As três nominatas do PDS totalizaram 147 candidatos a vereador. No geral, 94 pedessistas eram novos e 53 se repetiam, equivalentes a 63,9% de renovação e 36,1% de imobilidade. Dos 164 candidatos apresentados pelo PMDB, 125 (76,2%) eram estreantes e 39 (23,8%) eram os mesmos de pleitos anteriores. O PDT apresentou 93 candidatos, com 69,9% de surpresa e 30,1% de repetição. Dos 59 representantes do PT, 49 (83,1%) eram desconhecidos do eleitor. O PFL apresentou 80,4% (74) de renovação.

### **Testando a hipótese**

A primeira variável confirma a hipótese de oligarquia para o PSD e a UDN porque esses dois partidos apresentaram índices de baixa renovação (30,0% e 32,8%) e alta mobilidade (70,0% e 67,2%) nas suas direções partidárias. Pela mesma razão, ela exclui o PTB, que apresentou média renovação (65,4%). Ela é igualmente refutada pelo MDB, que teve alta renovação (84,6%), e pela Arena, que apresentou índice médio (55,2%). Dos partidos atuais, ela exclui o PDT, que apresentou alta (72,7%) renovação na composição de sua direção partidária, e por pouco não enquadra o PMDB, que teve os dirigentes mais “irremovíveis”. Durante 12 anos, 52,6% da direção do PMDB se manteve exatamente a mesma. O PDS mudou 63,2% dos seus dirigentes, o PFL trocou 61,9% e o PT substituiu 60,9%.

Embora em grau variado, a hipótese é reafirmada integralmente pela segunda variável no PSD, UDN, PTB, Arena, MDB,

PDS, PMDB, PDT, PT e PFL pelo pequeno número de dirigentes daqueles partidos: PSD = 19, UDN = 27, PTB = 55, Arena = 26, MDB = 23, PDS = 27, PMDB = 34, PDT = 27, PT = 36 e PFL = 19, que concentraram entre si, todas as vagas disponíveis: PSD = 50, UDN = 58, PTB = 55, Arena = 29, MDB = 26, PDS = 38, PMDB = 57, PDT = 33, PT = 46 e PFL = 21. É reafirmada novamente por uma fatia daqueles partidos que acumularam cargos: PSD = 26,3%, UDN = 37,0%, PTB = 26,8%, Arena = 11,5%, MDB = 21,7%, PDS = 29,6%, PMDB = 32,3%, PDT = 22,2%, PT = 13,9% e PFL = 21,0%. O que distingue esses partidos é o variado grau de oligarquização contido em cada um.

Nossa terceira variável apontou a permanência nos cargos partidários por um terço ou mais da vida do partido como indicativo da presença da oligarquia de Michels. Por este indicador, a hipótese se confirma em 12,2% do PTB, 22,2% da UDN, 42,1% do PSD, 17,4% do MDB, 57,7% da Arena, 40,7% do PDS, 17,6% do PMDB, 8,3% do PT, 7,4% do PDT e exclui o PFL.

A hipótese é confirmada na quarta variável, pela falta de disputas nas eleições internas – comprovadas pelas chapas únicas – e pelo uso freqüente e costumeiro do voto indireto na seleção dos dirigentes – via colégio eleitoral restrito e restritivo. O PFL se exclui pelas chapas inscritas nas disputas mas se inclui pelo uso do colégio eleitoral.

A hipótese é refutada pela primeira variável quando aplicada as nominatas dos candidatos a vereador, porque os partidos apresentaram alto e médio índices de renovação nas chapas: PTB = 78,4%, UDN = 71,2%, PSD = 63,5%, MDB = 74,1%, Arena = 62,0%, PDS = 63,9%, PMDB = 76,2%, PDT = 69,9%, PT = 83,1 e PFL = 80,4%.

## Conclusão

1. No geral, nossa hipótese foi confirmada por três variáveis e refutada por uma delas. Os indicadores de Michels que confirmam sua teoria foram aqueles que mediram o acúmulo de cargos, o tempo de permanência nos cargos, a inexistência de eleições competitivas e o impedimento do voto direto. O registro de chapa única indica que ao invés de eleições, aqueles partidos promoviam plebiscitos. As disputas ocorriam antes do plebiscito e eram restritas a participação e decisão de um universo numericamente limitado do partido, formado pelos dirigentes. Sem as opções de escolha oferecidas pela competição, não restava ao grande contingente partidário outra alternativa senão referendar as deliberações dos dirigentes, geralmente reconduzindo-os aos cargos. O índice de renovação foi parcialmente eficiente para medir mudança e continuísmo na composição das direções partidárias, mas se mostrou menos confiável ainda ao verificar as nominatas dos candidatos a vereador. A renovação na composição das direções partidárias, independente de ser um ato da vontade deliberada dos chefes, pode ocorrer, e ocorre, por morte natural de seus membros ou iniciativa pessoal provocada por mudança de partido, emprego ou cidade, entre outros. Há de se levar em consideração ainda que como os chefes reais não passam por eleições, eles permanecem indefinidamente no poder, mas trocam os dirigentes que formalmente ocupam os cargos. A predominância dos interesses particulares em detrimento dos partidários, os gastos excessivos provocados pelas campanhas de eleições contínuas e o cansaço pessoal ou desgaste com mandatos eletivos sucessivos, também contribuem para as alterações verificadas nas nominatas dos candidatos a vereador, independente da vontade dos chefes. Feitas essas ressalvas, podemos afirmar que nossa hipótese se aplica aos principais partidos de Criciúma no período de 1945-92 em intensidades diferentes. Ao fazer tal afirmação, estamos dizendo que independente da época e da matiz ideológica, todos os partidos demonstram que estavam, ou estão, sob o domínio das oligarquias, sob o comando de elites de políticos profissionais, que tinham, ou têm, chefes.

Fazendo uma média global das três fases, concluímos que o número de pessoas que efetivamente dirigiam os partidos políticos de Criciúma entre 1945-92 não passou de 40. Dessas, 18 (46,0%) se mantiveram sempre à frente das organizações – acumulando cargos e permanecendo neles – e 22 (54,0%) foram substituídas.

2. Se a reeleição garantiu a continuidade do domínio oligárquico, mecanismos extremamente simples como colégio eleitoral, voto indireto e chapa única situacionista tiveram importância capital na sua construção. É infinitamente mais fácil controlar e mais barato comprar os votos de um contingente numericamente pequeno de seletos eleitores, do que os de uma dispersa e desconhecida multidão de votantes. Para se manterem no poder, aqueles dirigentes contaram com o auxílio dos votos de um eleitorado cujo número não ultrapassou a barreira média dos 31 votantes. E mais eficiente ainda se esses votos forem todos canalizados para um único grupo, sem que haja disputa aberta. Das 61 “eleições” internas promovidas por aqueles partidos, menos de dez apresentou duas chapas concorrentes. Por conhecer profundamente esta dinâmica, os mesmos partidos que defendem incontinentemente o pluralismo político, a frequência do eleitorado nas urnas e a renovação dos cargos políticos eletivos (de vereador a Presidente da República), adotam uma postura inversa quando se trata das eleições que eles mesmos organizam.

3. O grande coletivo partidário (filiados) não é estimulado a tomar decisões. Sua participação é limitada e sua principal deliberação é restrita à eleição do diretório, que não encaminha deliberações coletivas, mas apenas referenda o que foi pré-definido e decidido por uns poucos. E como detêm os votos necessários para confirmar ou vetar aquilo que já foi estabelecido antes, serve apenas como instrumento de manipulação da vontade de uma minoria. Por isso a principal disputa travada dentro de um partido é a eleição para a montagem do diretório, que é transformado em colégio eleitoral que fornece os delegados que atuam como eleitores dos candidatos a qualquer cargo, de dirigente partidário a postulante de qualquer cargo público eletivo. Assim, os partidos defendem uma democracia externa ampla, para to-

dos, com disputas em todos os níveis, porque a democracia é necessária à sua própria sobrevivência enquanto Instituição. Os partidos praticam, no seu interior, a democracia restrita, limitada e só acessível para alguns, como forma de autopreservação do poder das oligarquias.

4. Entre os fatores que contribuem para que os dispositivos oligárquicos tenham eficiência garantida na manutenção da extraordinária estabilidade dos chefes partidários, estão as filiações cartoriais e uma atividade partidária amorfa, monótona e quase parálitica. Filiações categóricas são aquelas que não implicam um vínculo ideológico do filiado com a instituição partido político, mas do filiado com pessoas que estão no partido. As pessoas aderem às organizações políticas em função de uma relação pessoal de amizade e/ou troca de alguma vantagem, econômica (empregos, retorno financeiro nos negócios e outros) ou política (cargos públicos, eletivos ou não). Depois, o filiado se sente constrangido de negar o atendimento a um pedido daquele(s) que julga responsável pelo seu ingresso no partido.

5. As regras do jogo oligárquico sustentam-se, principalmente, nos estatutos partidários, elaborados pelas direções nacionais e referendados pelos delegados nas convenções, estaduais e nacional. São eles que definem como deve processar-se as eleições internas. E não existe um único registro de rebelião que exigisse mudança nos mesmos.

6. Entre 1945-92, os partidos políticos de Criciúma só conheceram e praticaram a fusão entre novos e velhos chefes. Circulação mesmo ocorreu uma, no PTB, em 57, quando os novos chefes venceram a disputa, assumiram o poder e afastaram definitivamente os velhos dirigentes. Cisões ocorreram duas. Uma no PDS, em 84, que originou o PFL, e outra no PMDB, em 89, com o nascimento do PSDB.

7. Uma sociedade rural convivia em harmonia com oligarquias pessoais, personalizadas, de clãs ou equipes. Uma coletividade urbana de cidadãos é tão complexa quanto o processo de industrialização que lhe deu origem. Este novo perfil social

exige igualmente um método mais refinado e menos identificável de fazer política partidária, como o demonstrado pelas oligarquias institucionais burocráticas e tecnocráticas. As oligarquias não teriam sobrevivido ao próprio tempo se não se tivesse constituído num eficiente sistema político de dominação partidária. Como sistema, sua função é selecionar os ocupantes dos cargos públicos eletivos, em todos os níveis. E elas se mantêm ativíssimas na sua função. Os oligarcas podem ocupar formalmente ou não os cargos de direção dos partidos, mas são presença permanente na ocupação direta ou indireta dos cargos públicos, eletivos ou não.

8. Existe relação direta entre nível de oligarquia e número de votos conquistados pelo partido nas urnas, Ou seja, quanto mais oligárquica for uma organização, menor será o seu desempenho nas urnas nas disputas eleitorais que envolvem todos os partidos. Exemplos dessa perda de votos junto ao eleitorado externo, foram os partidos mais oligárquicos do período: o PSD, a Arena e o PMDB, que foram perdendo poder político a cada eleição. Menos oligárquicos, o PTB, o MDB e o PFL foram os que eleitoralmente mais cresceram.

9. Promover eleições internas e eleger dirigentes partidários não é suficiente para garantir a democracia intrapartidária, se as eleições não forem competitivas, os dirigentes se mantiverem sempre os mesmos e o número de eleitores for restrito. A democracia interna nos partidos poderá ser parcialmente restabelecida na medida em que forem promovidas eleições competitivas com várias chapas inscritas nas disputas, limitado o número de recondução e acúmulo de cargos dos dirigentes partidários e proibido o uso do diretório como colégio eleitoral.

10. Convenções, prévias ou primárias, encontros municipais e outros dispositivos seriam alternativas para ampliar os estreitos limites da democracia interna dos partidos. Mas as organizações partidárias demonstraram fartamente que estes instrumentos, antes de serem espaços privilegiados de conflito, dos debates, do choque de idéias, da pluralidade, enfim, da demo-

cracia, não passam de mero jogo de cena, de cartas marcadas e resultado previsto.

## **Bibliografia comentada**

1. Atas partidárias, livros de atas do Cartório Eleitoral, atas das sessões da Câmara de Vereadores; boletins e mapas de apuração, resoluções e acórdãos do Tribunal Regional Eleitoral, ofícios, telex, telegramas e cartas, entre outros.
2. Entrevistas diversas.
3. Coleção do Jornal Tribuna Criciumense.
4. MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1982.